

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A EVOLUÇÃO DO CRÉDITO NO PERÍODO DE 2000 A 2010 SOB A ÓTICA DAS  
CONTAS NACIONAIS**

BRENO BARBOSA DE LIMA  
Matrícula nº 110051567

Orientador: João Felipe Cury Marinho Mathias

Rio de janeiro  
Março de 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

Breno Barbosa De Lima

**A EVOLUÇÃO DO CRÉDITO NO PERÍODO DE 2000 A 2010 SOB A ÓTICA DAS  
CONTAS NACIONAIS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Federal de Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Economia.

Orientador: João Felipe Cury Marinho Mathias

Rio de Janeiro  
Março de 2014

*As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor.*

## **Agradecimentos**

*Quero agradecer, em primeiro lugar, a Deus, pela força e coragem durante toda esta longa caminhada.*

*Agradeço também a todos os professores que me acompanharam durante a graduação, em especial ao Prof. Dr. João Felipe Cury Marinho Mathias, responsáveis pela realização deste trabalho.*

*Dedico esta, bem como todas as minhas demais conquistas, a toda a minha família, em especial aos meus pais (Almira e Sérgio), minha namorada (Clara) e meus grandes amigos (Thiago, Lucas, Renan, Luiz, Evelyn e Enza), que me acompanharam durante toda a faculdade.*

*Obrigada a todos pela paciência, pelo incentivo, pela força e principalmente pelo carinho.*

***“Um dos grandes segredos da sabedoria econômica é saber aquilo que se não sabe”***  
***Galbraith, John***

## **Resumo**

O principal objetivo do trabalho é apresentar a expansão do crédito no Brasil no período compreendido entre os anos 2000 e 2010, utilizando como base de pesquisa as contas nacionais. Inicialmente é apresentada a origem das Contas Nacionais, assim como todas as etapas de sua evolução até o presente momento. Posteriormente, destaca-se as ferramentas necessárias para a evolução do crédito no período de análise, com destaque para a implementação do Plano Real e das novas políticas Macroeconômicas que serão fundamentais na regulação do Sistema Financeiro brasileiro. Utilizando as Contas Nacionais e os demais dados disponibilizados por importantes Institutos e Federações é apresentado no terceiro capítulo do trabalho a expansão do crédito, elucidando o aumento da participação das pessoas físicas, principalmente as de baixa renda, na obtenção de linhas de financiamento. Este novo cenário só pode ser implementando após mudanças abruptas por parte do Governo e das demais instituições financeiras, passando o crédito a ser o principal instrumento de expansão econômica do país, mesmo existindo no período uma elevada crise internacional.

**Palavras-chave: Crédito. Contas Nacionais. Sistema Financeiro**

## LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1	Modelo de Conta de Capital nacional	7
Tabela 2	Modelo de Conta de Capital do resto do mundo com a economia nacional	8
Tabela 3	Brasil Conta Financeira consolidada do ano 2000	9
Tabela 4	Capacidade ou necessidade de financiamento por setor institucional	9
Gráfico 1	Evolução do IPCA no Brasil 1994 - 2012	14
Tabela 5	Conta de Capital Nacional e Conta de Acumulação do resto do mundo com a economia nacional	14
Tabela 6	Evolução do índice de inadimplência após o Plano Real	16
Tabela 7	Conta de Capital 1996-1999	19
Gráfico 2	Número de instituições financeiras no Brasil de 1994 – 2003	20
Tabela 8	Evolução do Número de Bancos Estrangeiros no Brasil	20
Gráfico 3	Evolução mensal do crédito por setores	23
Gráfico 4	Participação das instituições nas operações de crédito da área bancária	24
Tabela 9	Conta de Capital economia nacional 2003 – 2004	25
Tabela 10	Número de agências e postos financeiros no Brasil em 2000 e 2006	27
Gráfico 5	Operações de recursos livre e recursos direcionados em percentual do PIB	28
Tabela 11	Conta Financeira não consolidada 2005 – 2006	29
Tabela 12	Formação Bruta de Capital Fixa por setor institucional de 2004 – 2009 em comparação com o PIB	30
Tabela 13	Remuneração dos empregados brasileiros em comparação com o PIB por setor institucional	31
Gráfico 6	Participação do crédito no PIB segundo o controle de capital nos anos de 2005 – 2009	33
Tabela 14	Conta Financeira não consolidada 2009	34
Gráfico 7	Percentual do crédito em relação ao PIB nos anos de 2000 – 2010	35

## **LISTA DE SIGLAS E/OU ABREVIATURA**

<b>Siglas</b>	<b>Descrição</b>
<b>BACEN</b>	Banco Central do Brasil
<b>BB</b>	Banco do Brasil
<b>BNDES</b>	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
<b>CEI</b>	Contas Econômicas Integradas
<b>FHC</b>	Fernando Henrique Cardoso
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IGP - M</b>	Índice geral de Preços do Mercado
<b>IPC</b>	Índice de Preços do Consumidor
<b>IPCA</b>	Índice Nacional de Preços Consumidor Alvo
<b>ISWGNA</b>	Inter Secretariat Working Group on National Accounts
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PAC</b>	Programa de Aceleração do Crescimento
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>SNA</b>	The System of National Accounts
<b>TOF</b>	Tabela de operações financeiras
<b>TRU</b>	Tabelas de recursos e usos
<b>URV</b>	Unidade Real de Valor



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	pg 1
<b>1 - DA CRIAÇÃO A EVOLUÇÃO DAS CONTAS NACIONAIS</b>	pg 3
1.1 Percursos das Contas Nacionais	pg 3
1.2 As Contas Econômicas Integradas (CEI) - A importância da Conta de Acumulação	pg 6
<b>2 -ESTABILIZAÇÃO PÓS PLANO REAL E OS MECANISMOS QUE POSSIBILITARAM A EXPANSÃO DO CRÉDITO NA PRIMEIRA</b>	pg 11
2.1 Estabilização pós Plano Real	pg 12
2.2 As mudanças realizadas no sistema financeiro brasileiro pós-estabilização	pg 15
2.3 A adesão ao acordo da Basileia e a implementação do PROER	pg 17
<b>3- EXPANSÃO DO CRÉDITO NO BRASIL DE 2000 A 2010</b>	pg 22
3.1 Análise do crédito no período entre 1999 - 2002	pg 22
3.2 O início do governo Lula, as mudanças no crédito e suas consequências	pg 24
3.3 O impacto da crise mundial e as restrições do crédito no Brasil	pg 32
<b>CONCLUSÃO</b>	pg 37
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	pg 39

## INTRODUÇÃO

O crédito foi provavelmente um dos instrumentos financeiros que mais sofreu modificações desde a sua criação. Durante todo o processo de evolução, o crédito foi determinante em momentos distintos, como por exemplo, na consolidação da Igreja Católica, na expansão das cidades e posteriormente do comércio (MARCONDES, 2011).

Hoje, pode-se destacar que existe uma relação direta entre a evolução e consolidação das economias mundiais e a expansão do crédito, fato que motivou a escolha pelo tema da pesquisa.

O objetivo do trabalho é analisar a evolução do crédito no período de 2000 a 2010. Pode-se verificar no período a relação direta entre a expansão do crédito no país e as melhores condições de financiamento vivenciadas tanto pelas pessoas físicas, quanto pelas empresas, com destaque para as linhas de crédito consignado e ao microcrédito, principalmente a partir do governo Lula (2003-2010).

Para explicar a evolução do crédito no Brasil no período em questão, serão utilizadas as Contas Nacionais do país, possibilitando analisar diferentes setores da economia do Brasil. Neste período o país viu a relação Crédito / Produto Interno Bruto passar de 27,4% no final de 2000 para 45% no final de 2010, percentual altamente considerável para um período tão curto de tempo (FEBRABAN. 2014).

Considerando os pontos descritos acima, o trabalho será dividido em quatro partes, o primeiro capítulo apresentará o desenvolvimento e posteriormente o funcionamento das Contas Nacionais, com destaque para as contas econômicas integradas, que permitiram analisar a movimentação financeira do país detalhadamente.

No segundo capítulo serão apresentados os pontos determinantes para a expansão do crédito na primeira década do século XXI, com destaque para a estabilização da inflação após o Plano Real, assim como as principais mudanças implementadas no sistema financeiro nacional após o comprometimento de adesão a acordos como o da Basiléia. Pode-se perceber durante o capítulo a mudança de realidade vivenciada no Brasil, passando o país a se tornar mais atrativo aos investidores.

O terceiro capítulo analisará detalhadamente a expansão do crédito durante os anos 2000 a 2010. Para isso serão apresentadas as novas políticas implementadas para as pessoas físicas, que a partir deste momento, passarão a obter papel de destaque no volume de crédito à disposição pelas instituições financeiras. Essa nova realidade só pode ser efetuada após o

incentivo do governo à abertura de agências em cidades e municípios mais afastados, trazendo assim o crédito para pontos que até este momento não conseguiam sequer manter em circulação o dinheiro arrecadado pelo comércio da região, na própria região. Posteriormente, também será analisado o período de crise mundial e seus respectivos impactos na economia nacional, destacando a manutenção da expansão do crédito no período.

## 1 DA CRIAÇÃO A EVOLUÇÃO DAS CONTAS NACIONAIS

As Contas Nacionais passaram por um intenso processo de evolução desde a sua criação. Durante todo o processo, pode-se perceber a introdução de um instrumento estatístico dentro das Contas Econômicas Integradas, que possibilitaram a visualização mais clara entre a ligação do Setor Real e do Sistema Financeiro, principalmente através do uso das tabelas de operações financeiras (TOF) e do resultado obtido através da Conta de Acumulação, onde será explicitada a capacidade ou a necessidade de financiamento do país (ARAÚJO, 2001).

### 1.1 Percursos das Contas Nacionais

Principal fonte de análise do trabalho em questão, as Contas Nacionais começaram a ser vislumbradas no século XVII, com as obras pioneiras de William Petty. A citação abaixo, (Maddison, 2004: p. 1, apud MATHIAS, 2011) destaca a presença das Contas Nacionais desde o século XVII e resume de maneira breve a importância da Contabilidade Social para a economia contemporânea.

*“National accounts are an indispensable tool for assessing the growth potential and performance of contemporary economies. They are fundamental in international comparison of development levels. They have become an important tool of analysis for quantitative economic historians. They are sometimes considered too —modern to be applicable to the distant past. In fact, national accounting, international income comparisons, and historical demography originated in the seventeenth century, when “the art of reasoning by figures on things relating to government”<sup>1</sup> was called Political Arithmetick.”*

O principal objetivo da contabilidade nacional é a representação de maneira coesa e qualificada dos dados econômicos de um determinado país, passando a ser possível realizar análises ou previsões específicas sobre determinadas regiões, estados ou municípios sobre aspectos macroeconômicos de um determinado momento.

Um dos principais economistas responsáveis pela evolução das Contas Nacionais foi John Maynard Keynes, o primeiro a deslocar os estudos da economia da esfera microeconômica para a esfera macroeconômica, criando instrumentos básicos para determinar o nível agregado de produto e renda no curto prazo. O economista inglês escreveu duas de suas principais obras em um contexto singular na história econômica mundial, na qual era possível verificar a queda constante de indicadores econômicos, com exceção do desemprego (FEIJÓ & RAMOS, 2013).

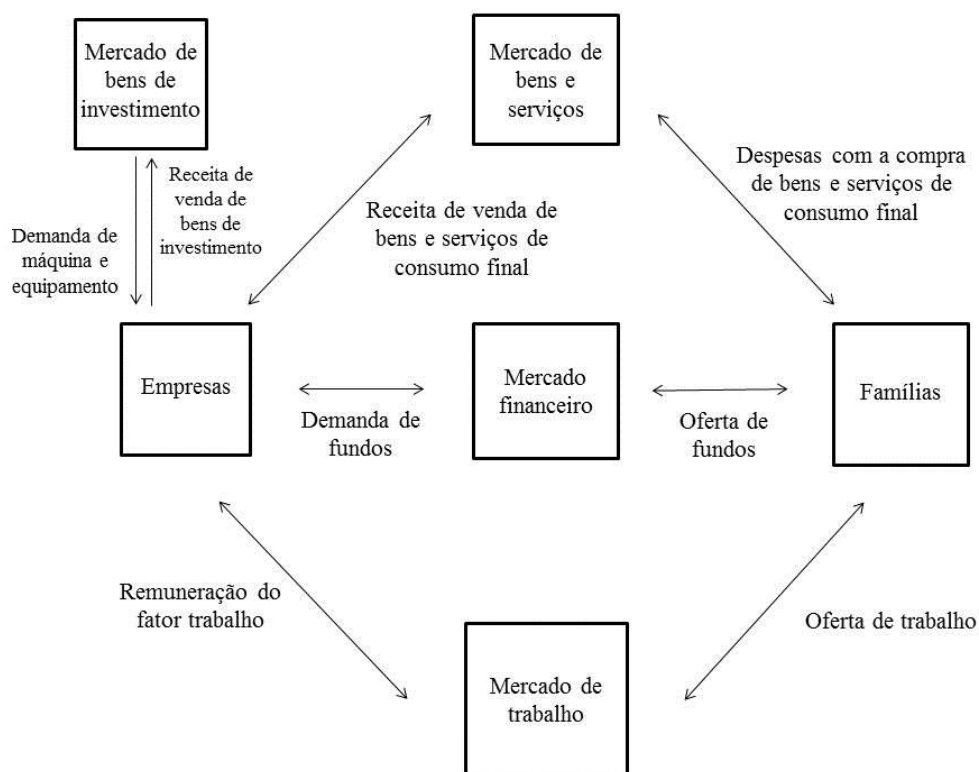
Na obra *“General Theory of Employment, Interest and Money”* (1936), Keynes desenvolveu a teoria da demanda efetiva, procurando demonstrar que o arcabouço da teoria da

escola neoclássica não seria suficiente para superar a crise vivenciada na década de 30 (FEIJÓ & RAMOS, 2013).

Em sua obra, “*How to Pay for the War*” (1940), Keynes demonstra a importância das políticas econômicas para superar a crise inflacionária na Inglaterra durante a segunda guerra mundial, após o desenvolvimento de um modelo de Contas Nacionais (FEIJÓ & RAMOS, 2013).

Keynes disseminou o seu pensamento nos anos de 1930, diminuindo a força do pensamento neoclássico, escola que defende a menor participação do Estado na regulação da economia. Para embasar o seu pensamento, o economista inglês percebeu a necessidade de criar um quadro contábil que conseguisse gerar análises entre os agregados macroeconômicos e a movimentação financeira. Na visão de Keynes, o foco da contabilidade nacional deveria ser os agentes institucionais, representando assim as relações econômicas existentes. Na figura 1 é possível visualizar o exemplo do fluxo circular da renda ampliada, que elucida como é feita a circulação dos fluxos monetários entre as empresas e as famílias, no qual toda oferta possui obrigatoriamente um destino: consumo, poupança ou investimento.

Figura 1. Fluxo circular da renda ampliado.



Fonte: FEIJÓ & RAMOS, 2013.

O diagrama destaca um ponto importante a ser discutido futuramente: a necessidade das famílias e das empresas em recorrer ao mercado financeiro nas demandas e ofertas por

crédito. O fluxo desenvolvido por Keynes considerava em um primeiro momento uma economia fechada e sem governo, onde o fluxo de produção se equivale ao fluxo de renda, que seria parte destinada ao consumo e parte poupada, sendo ex post poupança igual a investimento.

Diferentemente do cenário primário desenhado por Keynes, no mundo real as empresas não precisam alinhar seus investimentos com a disponibilidade de poupança das famílias, visto a existência no mercado de diversas formas disponíveis de financiamento (FEIJÓ & RAMOS, 2013).

Com o passar do tempo outros pontos determinantes para a evolução da Contabilidade Social foram desenvolvidos por diferentes autores, com destaque para a criação da matriz insumo produto de Leontief, arquitetada fortemente nas ideias de equilíbrio geral de Walras e da matriz de fluxo de fundos desenvolvida por Morris Copeland (FEIJÓ & RAMOS, 2013).

Posteriormente, pode-se perceber a crescente necessidade de elaborar um sistema de contabilidade nacional mundial, que possibilitasse um maior embasamento dos países em seu planejamento estratégico financeiro.

Após a segunda guerra mundial, com apoio da ONU (Organização das Nações Unidas), começou a existir uma maior preocupação dos países em acompanhar as estatísticas obtidas nas Contas Nacionais. Com a evolução do sistema, seria possível (ARAUJO, 2001):

- (1) Medir a renda nacional;
- (2) Integrar as finanças públicas as demais variáveis macroeconômicas;
- (3) elaborar modelos de previsão e planejamento do comportamento dos agregados macroeconômicos

Sendo assim, em 1953 foi publicada a primeira base para construção e padronização dos sistemas nacionais, o *The System of National Accounts* (SNA). O sistema possuía um grupo composto por seis contas padronizadas, são elas: apropriação, estrutura de base de produção, reconciliação de capital, além dos setores básicos que são as famílias, as empresas e as instituições sem fins lucrativos. O objetivo era descrever as relações de produção, consumo, transações com o exterior e acumulação de capital, utilizando o método das partilhas dobradas, considerando que a economia estaria operando tanto no equilíbrio interno quanto no equilíbrio externo.

É importante destacar que no SNA 1953 ainda não era possível enquadrar de maneira coesa os fluxos monetários. Uma vez que as contas de reconciliação não chegaram a ser

desenvolvidas, o SNA 1953 era insuficiente em termos de análise de fluxo de fundos, já que não se identificam os fluxos em termos de ativos e passivos financeiros (ARAÚJO, 2001).

Em 1968 uma revisão do manual foi publicada, o SNA 1968. As mudanças foram significativas, com destaque para a desagregação da conta de produção, tornando possível uma melhor análise dos fluxos financeiros no que tange a entrada e a saída de bens, assim como a desagregação das .

Além dessas mudanças, o SNA 1968, passou a utilizar as contas de patrimônio dos setores e posteriormente dos países, evidenciando o rendimento e as despesas dos diferentes setores institucionais, permitindo demonstrar a parcela de participação de cada setor no financiamento de outros setores.

A maior inovação implementada pelo SNA 1968 foi à introdução da tabela de operações financeiras (TOF), localizada na terceira das quatro contas do sistema, que possuem a função de analisar a capacidade de financiamento em geral. Essa separação do setor financeiro permitiu uma análise mais detalhada sobre a participação de cada setor institucional no crescimento econômico do país (ARAÚJO, 2001).

Posteriormente, em 1982, a ONU criou o Inter-Secretariat Working Group on National Accounts (ISWGNA), grupo que trabalhou durante onze anos na criação do moderno manual de Contas Nacionais, o SNA 1993. Diversas atualizações foram instituídas, com destaque para a maior integração entre as CEI (Contas Econômicas Integradas), e as TRU (Tabelas de Recursos e Usos) que juntas se tornaram os dois principais pontos do SNA. Além disso, o SNA 1993 elaborou importantes registros sobre as modificações nos ativos e obrigações de operações que não pertencem a transações econômicas.

## **1.2 As Contas Econômicas Integradas (CEI) - A importância da Conta de Acumulação**

As contas econômicas integradas têm por objetivo enfatizar as operações realizadas entre os setores institucionais e o resto do mundo. Podemos classificar os setores institucionais em (FEIJÓ & RAMOS, 2013):

- Famílias - agentes que ofertam o trabalho em troca de remuneração, consumindo bens, serviços e ofertas de fundo;
- Empresas financeiras - oferecem bens e serviços, com finalidade de otimizar a alocação de capitais financeiros, que podem ser próprios ou não;

- Empresas não financeiras - demandantes de mão de obra como fator produtivo. Ofertando bens e serviços;
- Administração Pública - prestam serviço de natureza pública, obtendo recursos por meio de taxas e impostos.

Pode-se perceber que os setores que compõem as CEI são caracterizados de acordo com sua autonomia de decisão e sua unidade patrimonial, passando este tipo de demonstração a ganhar mais representatividade a partir do SNA 1993, devido ao maior detalhamento disponível do fluxo financeiro. As CEI estão divididas em três subconjuntos de contas: Conta de Acumulação, Conta de Patrimônio e Conta Corrente, onde cada linha corresponderá a uma operação.

Cada conta possui a sua especificidade, sendo para o trabalho em questão, a Conta de Acumulação a de maior importância. A Conta de Acumulação explicita a circulação de ativos e passivos entre os diferentes setores institucionais, através de transações econômicas, sendo dividida em três importantes subgrupos para uma melhor análise: a Conta Financeira, a Conta de Capital e a conta de outras variações no volume de ativos de contas de reavaliação (FEIJÓ & RAMOS, 2013).

O principal ponto a ser analisado na consolidação dos dados da Conta de Acumulação é a possibilidade de detalhar o comportamento exercido pelo diferentes agentes econômicos, quando analisadas as operações do sistema financeiro.

A Conta de Capital tem como principal objetivo identificar a necessidade ou capacidade de financiamento dos setores institucionais em um determinado período de tempo. Os agentes institucionais possuem algumas alternativas para angariar recursos, podendo utilizar sua poupança, vender ativos ou então buscar o financiamento com setores superavitários.

A tabela 1 elucida a necessidade ou capacidade de financiamento do país em determinado período, sendo o resultado equivalente ao saldo em transações correntes do balanço de pagamentos.

**Tabela 1-** Modelo de Conta de Capital nacional

Conta de Capital		
	Poupança bruta	
	Formação bruta de capital fixo	
	Variação de estoque	
	Transferências de capital enviadas e recebidas do resto do mundo	
	Capacidade ( + ) ou Necessidade ( - ) líquida de financiamento	

Fonte: IBGE, 2014.



Obrigatoriamente, o inverso do resultado verificado no balanço de pagamentos da Conta de Capital do país, será o saldo final da conta de operações correntes com o resto do mundo, ou seja, caso o país fique deficitário em determinado período, será necessário recorrer a linhas de financiamento externo. A tabela 2 apresenta as rubricas existentes na Conta de Capital do resto do mundo (FEIJÓ & RAMOS, 2013).

**Tabela 2-** Modelo de Conta de Capital do resto do mundo com a economia nacional.

Conta de acumulação do resto do mundo com a economia nacional		
	Conta de capital	
	Saldo externo corrente	
	Transferências de capital enviadas e recebidas do resto do mundo	
	Variações do patrimônio líquido resultantes de poupança e de transferências de capital	
	Capacidade ( + ) ou Necessidade ( - ) líquida de financiamento	

Fonte: IBGE, 2014.

Caso seja necessário um maior desmembramento da movimentação financeira do período em análise, é possível verificar através dos dados do IBGE (desde 2003) a Conta Financeira, na qual são informados quais instrumentos de financiamento serão utilizados, assim como qual será a necessidade de cada setor, considerando sempre que o passivo de um setor obrigatoriamente será o ativo de outro, mantendo a igualdade entre recursos e usos. A tabela 3 reúne informações acerca da Conta Financeira consolidada do Brasil no ano 2000, sendo possível verificar na mesma a presença do resultado obtido na Conta de Capital, e posteriormente as relações verificadas através da Conta Financeira.

Pode-se perceber que no período, grande parte da necessidade de financiamento existente foi suprida através do endividamento líquido, sendo este composto basicamente pela aquisição de ações e outras opções de capital.

**Tabela 3** - Brasil Conta Financeira consolidada do ano 2000

Brasil Conta Financeira Consolidada 2000			
Capacidade (+) ou necessidade (-) líquida de financiamento			- 50.101
VARIAÇÕES DE ATIVOS		VARIAÇÕES DE PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
F1-Ouro monetário e DES	- 589	F1-Ouro monetário e DES	-
F2-Numerário e depósitos	- 994	F2-Numerário e depósitos	- 13
F3-Títulos exceto ações	2.050	F3-Títulos exceto ações	8.916
F.31-Curto prazo	- 2.314	F.31-Curto prazo	- 654
F.32-Longo prazo	4.364	F.32-Longo prazo	9.570
F4-Empréstimos e financiamento	- 1.030	F4-Empréstimos e financiamento	- 15.318
F.41-Curto prazo	- 142	F.41-Curto prazo	- 2.079
F.42-Longo prazo	- 889	F.42-Longo prazo	- 13.239
F5-Ações e outras participações de capital	6.868	F5-Ações e outras participações de capital	60.770
F7-Outros créditos e débitos	911	F7-Outros créditos e débitos	- 1.432
F.71-Créditos comerciais e antecipações	-	F.71-Créditos comerciais e antecipações	- 11.540
F.79-Outras contas a pagar e receber	911	F.79-Outras contas a pagar e a receber	10.108
<b>Total da variação do ativo</b>	<b>7.215</b>	<b>Total da variação do passivo</b>	<b>52.923</b>
Endividamento líquido (+) / acumulação líquida (-)			45.707
Memorandum (investimento estrangeiro direto)			60.327
Ajustes e discrepâncias estatísticas			- 4.394

Fonte: IBGE, 2014.

Nota-se que apesar do sistema de Contas Nacionais brasileiro não apresentar o conjunto completo de contas conforme proposta do SNA 1993 é possível verificar uma importante base de informações sobre os diferentes setores institucionais no país, podendo inclusive realizar análises mais detalhadas conforma a tabela 4 abaixo, que possibilita a verificação dos agentes deficitários e dos agentes superavitários da economia, em um determinado período de tempo. Verifica-se que durante os anos 2000 a 2005 o setor famílias sempre foi superavitário, enquanto que o setor administração pública sempre foi deficitário, sendo a necessidade de financiamento deste setor correspondente ao déficit público do governo no período.

**Tabela 4** - Capacidade ou necessidade de financiamento por setor institucional.

Ano	2000	2001	2002	2003	2004
<b>Capacidade (+)/Necessidade (-) líquida de financiamento</b>	<b>- 50.101</b>	<b>- 58.855</b>	<b>- 20.994</b>	<b>4.623</b>	<b>27.321</b>
Empresas não financeiras	- 14.294	- 23.910	- 15.349	25.790	30.564
Empresas financeiras	14.674	36.388	66.077	40.991	34.532
Administração pública	- 59.019	- 87.114	- 92.613	- 82.743	- 57.587
Famílias	8.569	15.312	21.064	19.918	19.209
Instituições sem fins de lucro a serviço das famílias	- 31	469	- 173	667	603

Fonte: IBGE, 2014.

Neste capítulo, pode-se observar a evolução das Contas Nacionais, assim como o resultado obtido nas Contas Econômicas Integradas, com destaque para a Conta de

Acumulação, que será determinante para analisar a evolução e o comportamento do crédito no período de 2000 a 2010, pontos que serão demonstrados no capítulo 3.

## **2 ESTABILIZAÇÃO PÓS PLANO REAL E OS MECANISMOS QUE POSSIBILITARAM A EXPANSÃO DO CRÉDITO NA PRIMEIRA DÉCADA DOS ANOS 2000**

O crédito no Brasil começou a consolidar-se tardiamente, quando comparado aos demais países do mundo. A regulamentação de uma legislação mais severa ocorreu apenas em 1663, quando se definiu que não seria permitido exigir imóveis e escravos como garantia de empréstimos, fato que beneficiava a elite local composta em grande parte por agricultores e mineradores. O primeiro banco do país foi fundado apenas em 1808, o Banco do Brasil (BB), destacando a fragilidade do sistema financeiro nacional (MARCONDES, 2011).

A economia do país foi sustentada pela agricultura e pela extração mineral por muitos anos, um ponto de importante relação com o crédito, visto que a economia estava diretamente atrelada ao sucesso das colheitas ou da extração, elevando o risco de captação.

Apenas no final do século XIX, começou a ser criada no Brasil a sustentação necessária para implementação de uma base industrial consistente, apoiada em uma nova legislação que tinha como grande marco o fim da escravidão.

No século XX, principalmente após o fim da Primeira Guerra Mundial, pode-se perceber no Brasil um aumento da atratividade ao crédito externo, fato comprovado pela relação Crédito/ PIB, que saltou de 10% em 1913 para 20% em 1929, momento no qual devido à crise mundial verifica-se uma redução de investimentos, afetando a economia brasileira como um todo (MARCONDES, 2011).

Apesar da importância das mudanças verificadas nos anos anteriores, foi apenas após o início do governo Vargas em 1930, que consolidou-se a ideia de deslocamento do centro dinâmico da agricultura para a indústria, apoiada na intervenção estatal implementada pela política desenvolvimentista no período.

A política cambial era determinante para a implementação da indústria no país, fazendo com que o processo de inflação fosse importante para o financiamento dos gastos públicos, um mal positivo para o progresso (MAKSOUND, 1986).

Durante o governo JK, é possível verificar um intenso processo de modificações na estrutura produtiva do país, como, por exemplo, a construção de Brasília. Pode-se destacar também a diversificação implementada na indústria, fortemente influenciada pela política de substituição de importações, aquecida no pós segunda guerra mundial. Em paralelo as modificações implementadas na esfera econômica do país, é importante destacar o aumento

do interesse da população por bens culturais, fato que influenciou diretamente na criação de importantes movimentos no campo artístico (FERREIRA & DIAS, 2001).

Com o aquecimento da guerra fria, passou a existir uma tendência ao apoio externo pela implementação de ditaduras militares no país. Sendo assim, em 1964, ocorre no Brasil o golpe militar, regime de governo que prevaleceu por aproximadamente 21 anos. Foi durante esse período que verificou-se no país o que se chamou de milagre econômico, visto o elevado crescimento do PIB, a melhora na infraestrutura, a melhora nas condições de emprego e na produção industrial.

O melhor cenário econômico foi interrompido após o primeiro choque do petróleo em 1974, ponto que afetou diretamente a economia do país, impactando negativamente aspectos econômicos que já pressionavam o setor interno desde o governo JK, sendo possível destacar a elevada inflação, a elevação da dívida pública e a concentração de renda (LEÃO, 2009).

A piora do cenário internacional, principalmente após o segundo choque do petróleo, fez com que houvesse uma redução dos investimentos internacionais no Brasil. Tais aspectos levaram ao período conhecido como década perdida (anos 80), onde foi possível verificar o fim do período conhecido como milagre econômico e o início da pressão por democratização no país.

Em um contexto geral, principalmente após o governo Vargas, a inflação foi considerada por muitos políticos como controlável, principalmente após a implementação de engenhosos mecanismos de indexação.

Entretanto, com o passar do tempo, a inflação elevada incapacitou o sistema de intermediação financeira de mobilizar a poupança para financiar os investimentos, ou de articular o capital financeiro ao capital industrial, passando a existir uma maior pressão pelo controle inflacionário (CASTRO, 2005).

Tentou-se por diversas ocasiões controlar a inflação de maneira heterodoxa, ou seja, sem interferir nas políticas de desenvolvimento, buscando o controle basicamente pelo congelamento dos preços. Entretanto, todas as tentativas anteriores ao plano Real falharam, sendo o controle inflacionário obtido apenas em 1995 no governo Fernando Henrique Cardoso, como será explicitado no decorrer do capítulo.

## **2.1 Estabilização pós Plano Real**

Apesar da melhora do cenário externo no início dos anos 1990, o Brasil ainda encontrava dificuldade de obter novas formas de financiamento e de atrair o capital

estrangeiro para investimentos de longo prazo no país, devido ao elevado risco existente, principalmente pela desregulação criada pelo descontrole dos preços.

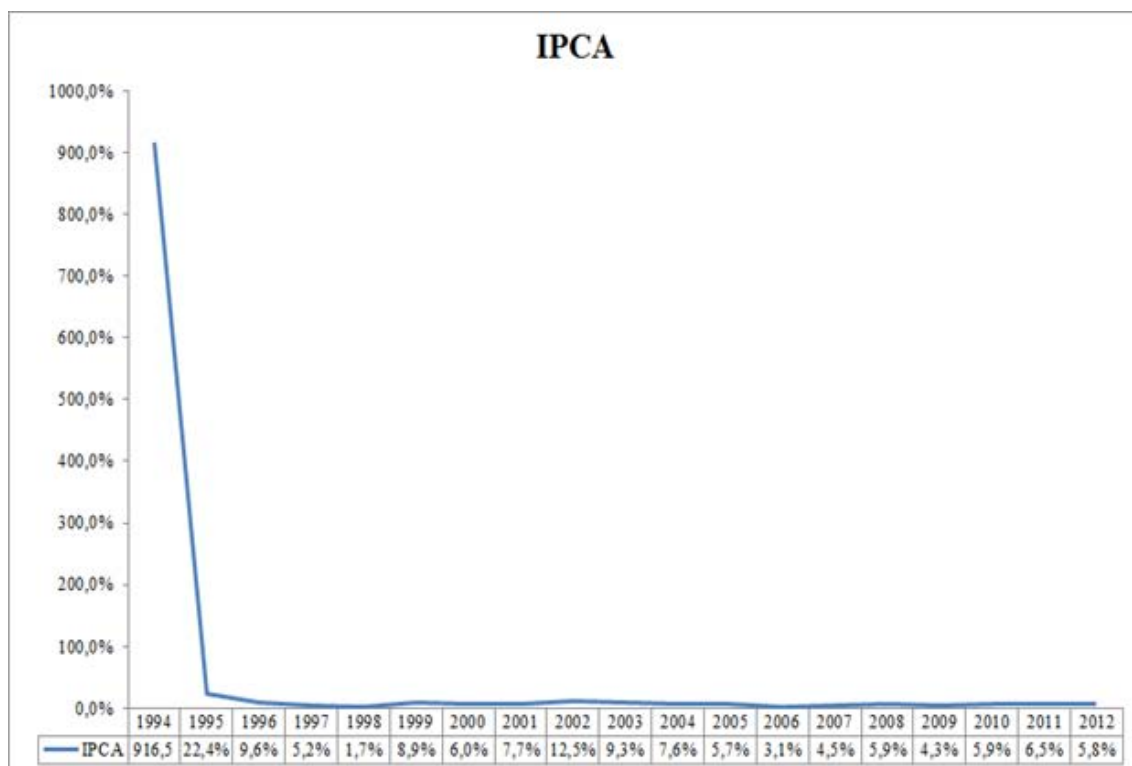
Era perceptível a necessidade de executar um plano de controle a inflação para que o Brasil voltasse a se reestruturar internamente. Durante o período de hiperinflação os agentes não conseguiram criar planejamentos de longo prazo, visto a instabilidade nos preços. Com esse objetivo, após consecutivos planos de estabilização fracassarem, foi lançado em 30 de julho de 1994 o Plano Real, responsável por controlar a inflação no país e posteriormente possibilitar novas taxas de crescimento econômico (CARVALHO, 2011).

O Plano Real foi dividido em três etapas:

- A primeira focava nos ajustes fiscais, para que enfim pudesse ser controlado o déficit público.
- A segunda objetivava a realização de uma reforma monetária que conseguisse romper com a inflação inercial, sendo criadas as Unidades Real de Valor (URV), unidade de conta, que seria indexada de maneira pro rata dia aos índices: Índice geral de Preços do Mercado (IGP-M), Índice de Preços do Consumidor (IPC) e Índice Nacional de Preços Consumidor Alvo (IPCA), três dos principais índices de medição da inflação usados no Brasil, indexando posteriormente qualquer contrato que viesse a ser assinado.
- A terceira e última etapa do processo tinha como principal objetivo a implementação de âncoras nominais, transformando as URVs em moeda plena, o que possibilitava à garantia de estabilização.

Em um contexto geral é possível afirmar que o Plano Real foi um sucesso, visto que com a redução da pressão inflacionária, o país conseguiu obter novas linhas de financiamento, o que possibilitou a manutenção nas taxas de crescimento (CARVALHO, 2011). O gráfico 1 apresenta a evolução do IPCA após o plano Real, destacando a redução da inflação de 916,5 % em 1994 para 5,8 % em 2012.

**Gráfico 1 - Evolução do IPCA no Brasil 1994 - 2012.**



Fonte: IPEADATA, 2014.

Apesar de o Plano Real controlar a inflação, o Banco Central precisou elevar em determinados momentos a taxa básica de juros, evitando possíveis novos descontroles, manobra que impactava diretamente na retração do crédito e do consumo. Como consequência dessa medida, passou a verificar-se no país a necessidade de financiamento que durante o ano de 1995 foi de R\$ 17,542 bilhões, o que representaria 2,4% do PIB no período. A tabela 5 elucida a necessidade de financiamento do país, atendida nesse caso pelo capital externo, conforme podemos comprovar pela conta de acumulação do resto do mundo com a economia nacional.

**Tabela 5.** Conta de Capital Nacional e Conta de Acumulação do resto do mundo com a economia nacional.

Conta de acumulação - Conta de Capital Nacional		
	Poupança bruta	109.666
129.297	Formação bruta de capital fixo	
- 2.088	Varição de estoque	
-	Transferências de capital enviadas e recebidas do resto do mundo	1
- 17.542	Capacidade ( + ) ou Necessidade ( - ) líquida de financiamento	
Conta de acumulação do resto do mundo com a economia nacional		
	Conta de capital	
	Saldo externo corrente	17.543
1	Transferências de capital enviadas e recebidas do resto do mundo	
	Variações do patrimônio líquido resultantes de poupança e de transferências de capital	17.542
17.542	Capacidade ( + ) ou Necessidade ( - ) líquida de financiamento	

Fonte: IBGE, 2014.

Paralelo às dificuldades vivenciadas pelo crédito no período, pode-se perceber no país a perda de competitividade das empresas nacionais, fato que está diretamente relacionado à proximidade de cotações entre o dólar e o Real, o que pode ser comprovado pelo aumento da entrada de produtos importados no país, com condições melhores no que diz respeito tanto ao preço quanto a qualidade. Toda essa conjuntura desfavoreceu as empresas e as indústrias nacionais, fazendo com que começasse a ser verificada no terceiro trimestre de 1995 uma retração no PIB nacional (COSTA, 2008).

É importante destacar, que não somente as empresas e as indústrias nacionais foram prejudicadas com as políticas descritas acima. Alguns bancos e instituições financeiras não suportaram o arrocho implementado pelo Estado para conter a inflação sofrendo consequências graves conforme será apresentado a seguir.

## **2.2 As mudanças realizadas no sistema financeiro brasileiro pós-estabilização**

Durante o período que antecedia a estabilização da inflação, o país vivia uma situação favorável no que diz respeito à expansão do crédito, influenciado pelo aumento do investimento externo após a melhora no cenário internacional em 1992. Entretanto, após o controle da inflação, houve uma reversão da forma na qual os principais bancos e empresas pertencentes ao sistema financeiro nacional, dispunham para obter os seus lucros. Era comum o aproveitamento do contexto no qual o país estava inserido, para alavancar as suas operações em obrigações não remuneradas, como por exemplo, depósitos à vista e recolhimento de impostos.

Em 1990, por exemplo, a receita dos bancos com esse tipo de transação chegou a aproximadamente 4% do PIB, sendo reduzida pela metade em 1994 e passando a ser inexpressiva em 1995 (SOARES, 2002).

As empresas e principalmente as pessoas físicas, livres de uma elevada carga tributária referente a impostos pagos devido à inflação, passaram a vivenciar uma estabilidade macroeconômica inédita, acreditando ter um maior controle financeiro no momento. Consequentemente os bancos e as instituições financeiras vivenciaram um aumento de 165,4% nos depósitos à vista nos seis primeiros meses do Real, enxergando na elevação do crédito uma válvula de escape para equilibrar as suas menores receitas após o controle da inflação. É importante analisar que existia de fato espaço para a expansão do crédito no país, algo que pode ser percebido ao verificar a relação Crédito/ PIB de países como EUA, que



chegavam a 160%, Japão 143 %, Chile 60%, enquanto que no Brasil a relação era de apenas 29% (SOARES, 2002).

A falsa visibilidade de melhora existente no mercado acabou obscurecendo as análises das empresas financeiras, acarretando em uma errônea análise de risco, não demorando muito para que fosse percebido que a trajetória escolhida não foi a correta (SOARES, 2002). Analisando a tabela 6, é possível perceber um elevado aumento no índice de inadimplência, mesmo com a intensa intervenção do Banco Central na tentativa de controlar a expansão excessiva do crédito no país. Algumas medidas merecem destaque, são elas: a elevação do compulsório sobre depósitos à vista e depósitos de poupança e a instituição de um recolhimento sobre os depósitos à prazo, o que fez com que o fluxo financeiro do país ficasse abalado temporariamente.

**Tabela 6.** Evolução do índice de inadimplência após o Plano Real

<b>Evolução do índice de Inadimplência após o Plano Real</b>						
<b>Períodos</b>	<b>Pessoas Físicas</b>			<b>Total</b>		
	<b>Total</b>	<b>Atraso</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>	<b>Atraso</b>	<b>%</b>
<b>1º sem.1994</b>	5.432	312	5,75	161.878	12.411	7,67
<b>2º sem 1994</b>	12.209	535	4,38	182.380	14.722	8,07
<b>1º sem.1995</b>	15.648	1.222	7,81	221.916	19.040	8,58
<b>Jul. a nov. 1995</b>	15.340	2.558	16,67	230.792	28.356	12,29

Fonte: CYSNE & COSTA, 1997.

As citações de Márcio Braga e Fernando Puga ajudam a elucidar a situação vivenciada no período:

*O fim da inflação acabou por forçar um profundo ajuste nos bancos brasileiros. Neste ajuste podemos definir três fases bem nítidas. Em um primeiro momento verificou-se um forte elevação nas operações de crédito. Os motivos foram: i) a busca, pelos bancos, de um modo de compensar a perda com o fim da inflação; e ii) a instalação de um quadro de otimismo que, junto com a melhor previsibilidade acerca do comportamento dos preços relativos a economia, elevou a demanda por empréstimos (Braga, 1998, apud Soares, 2002, p 47):*

O outro autor, também trouxe pontos de reflexão interessantes a cerca do tema:

*Nos primeiros meses do Plano Real a perda das receitas com o floating foi compensada pelo aumento das operações de crédito, favorecidas pelo rápido crescimento econômico decorrente da estabilização. Contudo, a diminuição do ritmo de crescimento da economia no segundo trimestre de 1995, decorrente da adoção de uma política monetária e creditícia altamente restritiva devido à crise mexicana, tornou inevitável o ajuste nos bancos. Os créditos em atraso e em liquidação cresceram substancialmente (Puga, 1999, apud Soares, 2002, p 47).*

Se analisados todos os fatores apresentados previamente, é importante destacar o desalinhamento existente entre diferentes pontos de interesse. Os banqueiros, preocupados

com a manutenção do seu lucro elevaram o limite disponível para empréstimos e financiamentos, aquecendo um mercado que até então se encontrava de certa forma esquecido nas duas últimas décadas. As empresas e as famílias, acreditando vivenciar uma melhor situação financeira, devido à estabilização da inflação, elevaram as suas linhas de financiamento, aproveitando da maior disponibilidade de crédito no momento. Enquanto isso, o governo buscava controlar a expansão do crédito, temendo que todo o esforço realizado para o controle da inflação fosse por terra devido a uma possível fragilização do sistema bancário, combinada a uma elevação considerável do consumo das famílias.

A relativa falta de experiência na concessão do crédito acabou produzindo uma situação em que a qualidade dos mesmos não acompanhou em princípio a sua expansão, sendo o processo estabilizado apenas nos anos subsequentes (Cerqueira, 1998, *apud* SOARES, 2002).

É importante destacar que não foram apenas os pontos já observados os responsáveis pela retração do crédito no período. As instituições financeiras precisavam descobrir novas maneiras de reaver os lucros, passando então a cortar custos, fato que explica a onda de demissões em massa. Em paralelo, visando criar novas fontes de receita, tais instituições passaram a cobrar novas tarifas (responsáveis por 32% do total das receitas já em 1996), assim como elevaram o *spread*, culminando com o aumento dos custos de captação.

Posteriormente, serão apresentados alguns pontos que influenciaram diretamente na expansão do crédito nos anos 2000.

### **2.3 A adesão ao acordo da Basiléia e a implementação do PROER**

No cenário mundial, muitos países, com destaque para os EUA, defendiam uma regulamentação que protegesse as instituições financeiras de todo o mundo. A justificativa era que como alguns países não possuíam uma regulamentação mais severa, algumas instituições financeiras apresentavam vantagens na viabilidade de seus negócios, criando uma concorrência desleal.

É nesse contexto que foi realizado em 1988 o Comitê da Basiléia para Supervisão Bancária, na cidade da Basiléia, Suíça. Estavam presentes os países que compõem o G10, pré estabelecendo um grupo de normas nomeadas como *International Convergence of Capital Measurements and Capital Standards* que regulamentariam as normas do sistema financeiro mundial, criando assim mecanismos que minimizariam os riscos, garantindo o melhor funcionamento do sistema financeiro mundial com o aumento da concorrência (SOARES, 2002).

Respeitando as definições do acordo, o Brasil concordou em aderir ao pacote de medidas definidas, comprometendo-se o Banco Central em estabelecer os riscos específicos de cada operação que poderia ser realizada, a partir da resolução de nº 2.009, de 17/08/1994 (PUGA, 1999).

Posteriormente, o Brasil aplicou medidas que objetivavam retrain a alavancagem exercida pelos bancos, implementando normas definidas na adesão do acordo. Visando manter a sua taxa de lucratividade constante, os bancos teriam duas opções a serem escolhidas. Uma das alternativas seria elevar o seu capital a curto prazo, para que assim mantivesse o montante disponível em crédito no mercado, fato que não seria tão fácil devido às dificuldades financeiras que grande parte das instituições enfrentavam. Outra alternativa, mais fácil e menos dispendiosa, seria diminuir o seu volume de crédito no mercado, e em paralelo elevar a sua participação em títulos públicos federais, que por terem sido qualificadas nas novas regulamentações como operações de risco nulo, não tinham nenhuma relação entre a sua maior disponibilidade por parte dos bancos e o aumento de capital (SOARES, 2002).

Com o controle da alavancagem a retração da oferta de crédito passou a ser cada vez mais comum, passando os bancos a cobrar taxas de juros mais expressivas, fato que afastou principalmente o setor produtivo da economia, que por não possuir disponibilidade de arcar com elevadas taxas de juros no pagamento dos empréstimos, viram sua participação no mercado iniciar uma tendência de queda. Em paralelo, as pessoas físicas, que não possuíam outras formas de angariar recursos aceitavam arcar com pagamentos de taxas mais altas, elevando a sua participação no mercado de 2% em 1994 para 15% em 1999.

Era clara a necessidade de adequação a nova realidade da economia por parte das instituições financeiras. Os elevadíssimos lucros obtidos com as operações de *floating* não poderiam ser mais obtidos devido ao controle de inflação, fazendo com que as dificuldades de manter o operacional por parte dos bancos e instituições em geral se tornassem cada vez maiores (SOARES, 2002).

Entretanto, é possível perceber ao analisar a tabela 7, que apesar das dificuldades encontradas pelas instituições financeiras nesse momento, o mercado brasileiro ainda poderia ser extremamente atrativo para as empresas do setor, visto a necessidade crescente de financiamento existente na economia brasileira, que no momento, era suprida pela transferência de recursos oriunda de outros países do mundo. Tal fato, seria determinante na análise do governo de implementar políticas de ajuda a modernização do sistema por um todo, tendo o Estado papel decisivo nessa transformação.

**Tabela 7-** Conta de Capital 1996-1999.

Conta de Capital				
Ano	1996	1997	1998	1999
Poupança bruta	118.980	127.574	127.593	128.370
Formação bruta de capital fixo	142.382	163.134	166.174	166.746
Varição de estoque	1.430	524	581	7.666
Transferências de capital enviadas e recebidas do resto do mundo	18	2	33	48
Capacidade ( + ) ou Necessidade ( - ) líquida de financiamento	- 24.814	- 36.082	- 39.129	- 45.994
Conta de acumulação do resto do mundo com a economia nacional				
Ano	1996	1997	1998	1999
Capacidade ( + ) ou Necessidade ( - ) líquida de financiamento	24.814	36.082	39.129	45.994

Fonte: IBGE, 2014.

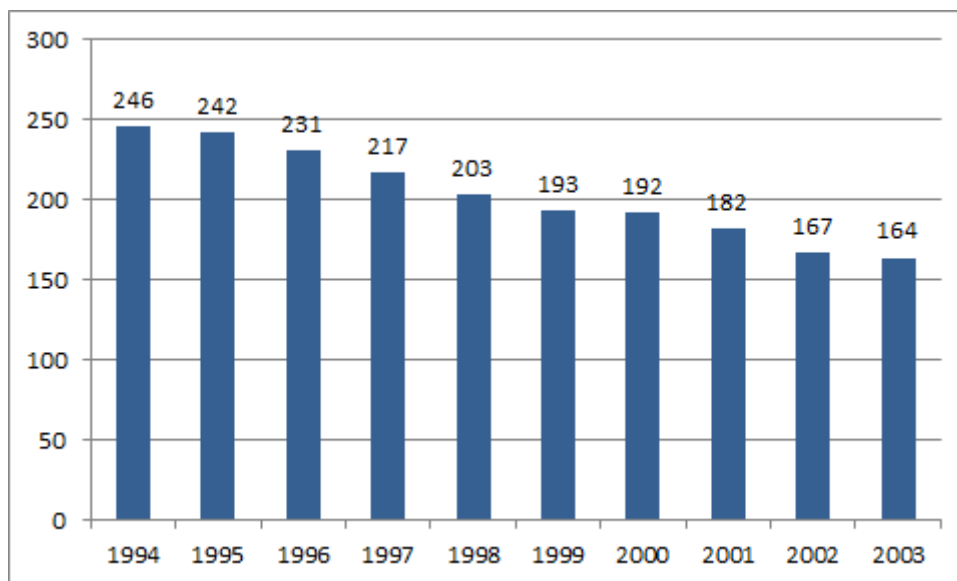
Uma das principais medidas tomadas pelo governo objetivando a melhora do sistema financeiro nacional foi instituída em meados de 1995 - o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), programa que tinha como objetivo readequar o funcionamento do sistema financeiro nacional, principalmente após a implementação de normas de regulação cada vez mais exigentes.

Para isso, o governo passou a garantir que as instituições que não conseguissem se adequar as novas regulamentações fossem incorporadas a um novo grupo controlador. O PROER funcionaria basicamente como uma linha de financiamento que atuaria na transição do controle da empresa menos eficiente (*bad bank*) para a empresa mais eficiente (*good bank*). (LUNDBERG, 1999).

Outra medida importante associada ao PROER foi a criação do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), que nada mais é do que uma instituição que protege o depósito privado em diversas situações, como por exemplo depósitos a vista e de poupança e letras de câmbio (LUNDBERG, 1999).

Após as medidas implementadas, pode-se perceber no mercado um processo de concentração bancária, fato que pode ser considerado como uma melhora qualitativa no sistema visto o aumento da disponibilidade de crédito constante nos períodos subsequentes, apoiado nas melhores práticas operacionais realizadas. O gráfico 2 ajuda a visualizar a redução de instituições financeiras no Brasil, que passaram de 246 em 1994 para 164 em 2003.

**Gráfico 2-** Número de instituições financeiras no Brasil de 1994 – 2003.



Fonte: BACEN, 2014.

Grande parte das melhorias do sistema pode ser explicada pela maior abertura do mercado nacional as instituições financeiras internacionais, medida implementada pelo Ministério da Fazenda, onde ficou definido o menor rigor nos pré-requisitos básicos para que as empresas internacionais operassem no país. Um exemplo disso, foi a implementação em novembro de 1995 da resolução 2.212, que eliminava a obrigatoriedade de que o capital mínimo de um banco estrangeiro fosse o dobro do capital nacional (PUGA, 1999).

Combinando todos os pontos destacados acima é possível explicar o motivo para a aquisição de alguns bancos nacionais por bancos estrangeiros nos anos subsequentes, fazendo com que a importância das instituições financeiras estrangeiras passasse a ser cada vez maior. A tabela 8 destaca o aumento da participação dos bancos estrangeiros no país, passando a obter uma participação de 25,6% já em 1998.

**Tabela 8** Evolução do Número de Bancos Estrangeiros no Brasil

Evolução do Número de Bancos Estrangeiros no Brasil		
Tipos de Instituição	jun/95	dez/98
Filiais de Bancos Estrangeiros	17	16
Bancos Privados com Controle Estrangeiro	20	36
<b>Total de Bancos Estrangeiros (A)</b>	<b>37</b>	<b>52</b>
Total dos Bancos Múltiplos e Comerciais (B)	240	203
<b>Participação dos Estrangeiros (A/B) (%)</b>	<b>15,4</b>	<b>25,6</b>

Fonte: PUGA, 1999.

Durante esse período, é importante destacar a elevada preocupação do governo em adequar o sistema financeiro nacional nos moldes internacionais, criando assim um cenário factível à necessidade de crédito e do aumento da velocidade de circulação da moeda. Tais aspectos serão determinantes para o boom do crédito e consequentemente para a expansão econômica que ocorrerá no início do século XXI, conforme será apresentado no próximo capítulo, passando a relação Crédito / PIB de 25% em maio de 2004 para 50,1% em maio de 2012 (FEBRABAN, 2014).

### **3 EXPANSÃO DO CRÉDITO NO BRASIL DE 2000 A 2010**

Assim como os demais países periféricos, o Brasil vivenciou na década de 1990 uma intensa liberalização do sistema financeiro, pautada em acordos internacionais como, por exemplo, o acordo da Basiléia. É possível perceber dois focos bem distintos no posicionamento das instituições de controle financeiro internacional, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), sobre a real necessidade de implantação desses acordos. Do ponto de vista dos países centrais, o principal objetivo era de fato a implantação de uma maior concorrência no mercado. Já para os países periféricos, o principal objetivo era expandir o fortalecimento do sistema, reduzindo a possibilidade de crises e possibilitando o aprofundamento do mercado de capitais (SOARES, 2002).

Pode-se qualificar como um estágio transitório, o período pré anos 2000, onde se verificou a liquidação de grandes bancos privados nacionais, privatizaram-se importantes instituições federais e principalmente reestruturou-se as instituições financeiras como um todo, fazendo com que houvesse a desconcentração e a desnacionalização do sistema financeiro nacional. Todo esse processo será fundamental para a criação de um eficiente mercado interbancário, determinante para a expansão do crédito nos anos subsequentes (COSTA, 2008).

#### **3.1 Análise do crédito no período entre 1999 - 2002**

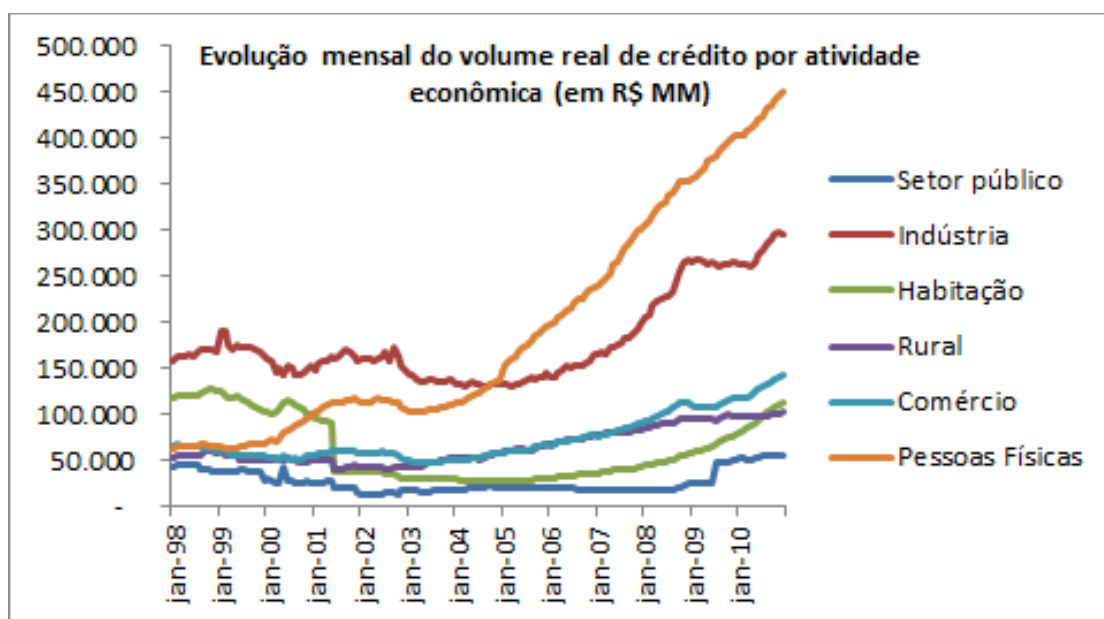
A abertura econômica implementada no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), possibilitou uma nova realidade na relação capital trabalho, somadas a mudanças tecnológicas consideráveis, visto o aumento da entrada de produtos importados no país. Todas essas modificações só puderam ser aplicadas após a elevação de capital externo no país, impulsionada pela elevada taxa básica de juros, quando comparada a outros países emergentes. Era visível o aumento dos movimentos de capitais, assim como o aumento de moeda estrangeira no país, permitindo que os residentes tivessem um maior acesso a modalidades de financiamento externo até então não exploradas (FREITAS & PRATES, 2001).

Somente em 1999, impulsionado pela crise cambial existente no Brasil e nos outros países emergentes, foi implementado um novo regime monetário no país (FREITAS & PRATES, 2001), sendo instalado o tão conhecido tripé econômico, no qual ficavam determinadas as seguintes medidas:

- Câmbio flexível
- Regime de metas de inflação
- Implantação de uma política focada na geração de superávits primários

Durante o governo FHC, principalmente no início dos anos 2000, pode-se perceber no sistema financeiro brasileiro períodos de atividades cíclicas, denominados de “*stop and go*”. Devido à instabilidade no cenário externo, com destaque para as crises existentes na Argentina, México, Rússia e em alguns países asiáticos, a disponibilidade de crédito no país foi diretamente afetada. As principais linhas de crédito impactadas foram as relacionadas ao financiamento habitacional e ao crédito rural, que só começaram a demonstrar sinais de crescimento em 2002. O gráfico 3 ajuda a entender o declínio dos setores, assim como o boom existente no crédito direcionado as pessoas físicas à partir de 2004 após as políticas implementadas pelo governo Lula, conforme será verificado posteriormente. (Costa, 2008).

**Gráfico 3** - Evolução mensal do crédito por setores (em R\$ MM)



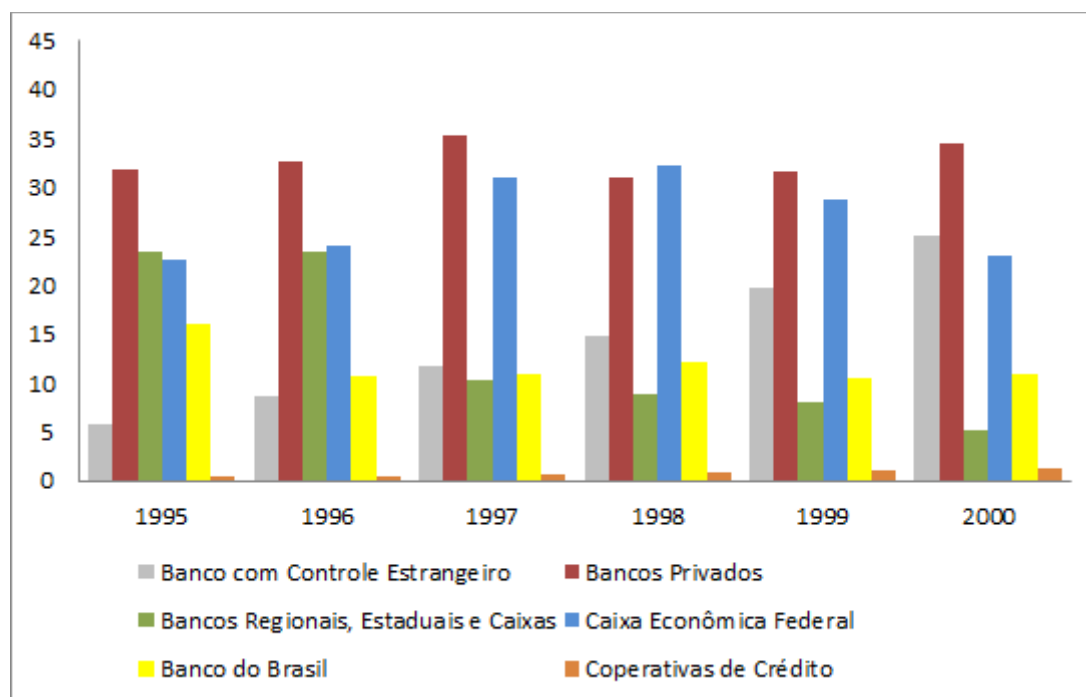
Fonte: FEBRABAN, 2014.

Durante o governo FHC pode-se verificar uma grande dependência externa, ao analisar as tentativas de expandir o crédito no país, fato exacerbado pela aplicação de novas normas de regulação, que possibilitaram a entrada de diversas empresas estrangeiras. Em paralelo, a intensa crise cambial citada anteriormente pressionava a economia brasileira, fazendo com que o governo fosse obrigado a se retirar progressivamente da participação na concessão de crédito (FREITAS & PRATES, 2001).



O gráfico 4 elucida o aumento considerável da participação dos bancos de controle estrangeiro no mercado de crédito brasileiro, chegando a 25,6% em 2000, destacando também a diminuição na participação no crédito geral do Banco do Brasil e da Caixa, reduzindo de 38,6 % no ano de 1995 para 34% em 2000.

**Gráfico 4 - Participação das instituições nas Operações de crédito da área bancária**



Fonte: BACEN, 2001, *apud* COSTA, 2008.

Apesar de implementar medidas que buscavam alavancar o crédito, principalmente em seu segundo mandato, existia ainda no governo FHC o temor pela volta da inflação, que despertava a cada ameaça de crise existente. Este cenário de constante incerteza levava a implantação de elevadas taxas de juros em determinados momentos, fazendo com que o uso constante dessas ferramentas impactasse diretamente na oscilação do crédito no período. De 2000 a 2001, manteve-se uma taxa de juros constante, porém sem continuidade, como pode ser percebido após a nova elevação da taxa básica de juros no ano seguinte, fechando 2002 com uma média na taxa básica de juros de 19,05%, o que significa um aumento de aproximadamente 9,0 p.p se comparado ao período anterior.

### 3.2 O início do governo Lula, as mudanças no crédito e suas consequências

O início do Governo Lula em 2003 foi conturbado. Se no que diz respeito ao controle inflacionário a realidade brasileira era extremamente diferente do que era vivenciado nos dez anos anteriores, a situação não era tão confortável nos outros indicadores econômicos. O

crescente aumento no índice de desemprego pressionava o governo, o PIB não dava sinais de crescimento construtivo, enquanto que a taxa básica de juros se mantinha como uma das mais altas no mundo (SOUSA & PINHEIRO, 2012).

Lula manteve as políticas de governo adotadas por FHC, nomeando o renomado economista Henrique Meirelles, ex-presidente do *Bank Boston*, como presidente do Banco Central. A política monetária baseada no tripé econômico, já utilizado no governo anterior, foi mantida, assim como a elevada taxa de juros, buscando manter a inflação dentro do teto estabelecido.

Apesar de possuir algumas semelhanças no que diz respeito à política monetária, quando analisada as práticas adotadas para o crédito, é muito importante destacar a brusca modificação ocorrida.

No período anterior ao Plano Real a inflação penalizou de maneira abrupta as classes menos favorecidas da população, criando um cenário de concentração de renda elevadíssimo. Visando romper com esse cenário, o governo Lula flexibilizou as operações de crédito para as pessoas físicas, que com maior acesso ao crédito, acabaram adquirindo bens de consumo duráveis até então distantes da realidade, enfatizando aspectos que não haviam sido considerados como prioridade no governo FHC (SOUSA & PINHEIRO, 2012).

Quando analisada a conta de capital do Brasil nos anos de 2003 e 2004, tabela 9 pode-se perceber uma importante modificação no que diz respeito à capacidade de financiamento do país no período. Após sucessivos anos tendo que angariar recursos externamente o Brasil poderia alocar os recursos extras para o resto do mundo. Apesar da melhora no cenário ter ocorrido no governo Lula, é importante destacar que a nova realidade só pode ser implementada após as intensas modificações realizadas no governo FHC, principalmente no sistema financeiro nacional como um todo.

**Tabela 9** - Conta de Capital economia nacional 2003 – 2004 (em R\$ 1.000.000)

Conta de acumulação economia nacional - 2003		
Conta de capital		
	Poupança bruta	271.203
259.714	Formação bruta de capital fixo	
8.381	Variação de estoque	
112	Transferências de capital enviadas e recebidas do resto do mundo	1.627
4.623	Capacidade ( + ) ou Necessidade ( - ) líquida de financiamento	
Conta de acumulação economia nacional - 2004		
Conta de capital		
	Poupança bruta	358.685
312.516	Formação bruta de capital fixo	
19.817	Variação de estoque	
1.270	Transferências de capital enviadas e recebidas do resto do mundo	2.239
27.321	Capacidade ( + ) ou Necessidade ( - ) líquida de financiamento	

Fonte: IBGE, 2014.

Aproveitando as melhoras do cenário interno, o governo obteve garantias para reduzir a taxa básica de juros no período, fazendo com que houvessem ferramentas suficientes para aplicar um pacote de medidas focado na expansão do microcrédito e do crédito consignado, permitindo que os bancos pudessem traçar as suas estratégias com um prazo maior. Sendo assim, em junho de 2003, o presidente Lula lança um programa de expansão ao crédito pautado em três pilares, são eles (BARONE & SADER, 2008):

- Massificação de contas bancárias com destaque para a elevada abertura de contas poupança;
- Destinação de parte do compulsório para os depósitos à vista;
- Formação de cooperativas de crédito.

O programa foi um sucesso, fazendo com que o número de contas corrente no Brasil tenha crescido 52% entre 2001 e 2006, enquanto que a população no mesmo período cresceu em média 7%. Com o estímulo ao microcrédito as linhas de financiamento com recursos livres cresceram consideravelmente. As pessoas físicas, agora mais inseridas ao mercado, eram de extrema importância para as instituições financeiras, visto a grande demanda criada por empréstimos consignados, linhas de financiamento que possuem um baixo risco de inadimplência devido o desconto direto na fonte. Todo esse aquecimento no mercado bancário proporcionou ao sistema financeiro um elevado ganho de produtividade, devido à elevação de ganhos de escala encontrado no mercado em geral (BARONE & SADER, 2008).

No que diz respeito às cidades e municípios, pode-se destacar o papel determinante que a abertura de novas agências provocou no desenvolvimento da região, permitindo que as riquezas geradas no local passassem a circular internamente, garantindo assim uma redução na desigualdade encontrada em determinadas regiões.

Pode-se destacar também a importância da implementação de pequenos pontos, os correspondentes não bancários, em pequenas cidades. Tais estabelecimentos, como por exemplo, padarias, eram contratados por um banco público normalmente a Caixa, para funcionar como um posto bancário, permitindo assim que o mesmo modelo fosse utilizado em regiões com grandes disparidades (COSTA, 2008). A tabela 10 destaca o aumento percentual do número de agências e dos demais pontos bancários verificados entre os anos de 2000 a 2006.

**Tabela 10** - Número de agências e postos financeiros no Brasil em 2000 e 2006

Período	2000	2006	Variação percentual
Número de agências	16.396	18.067	10,19%
Postos tradicionais(PAB + PAP + PAA)	9.495	10.220	7,64%
Postos eletrônicos	14.453	32.776	126,78%
Correspondentes não - bancários	13.731	73.031	431,87%
Total de dependências bancárias	54.075	134.094	147,98%

Fonte: COSTA, 2008.

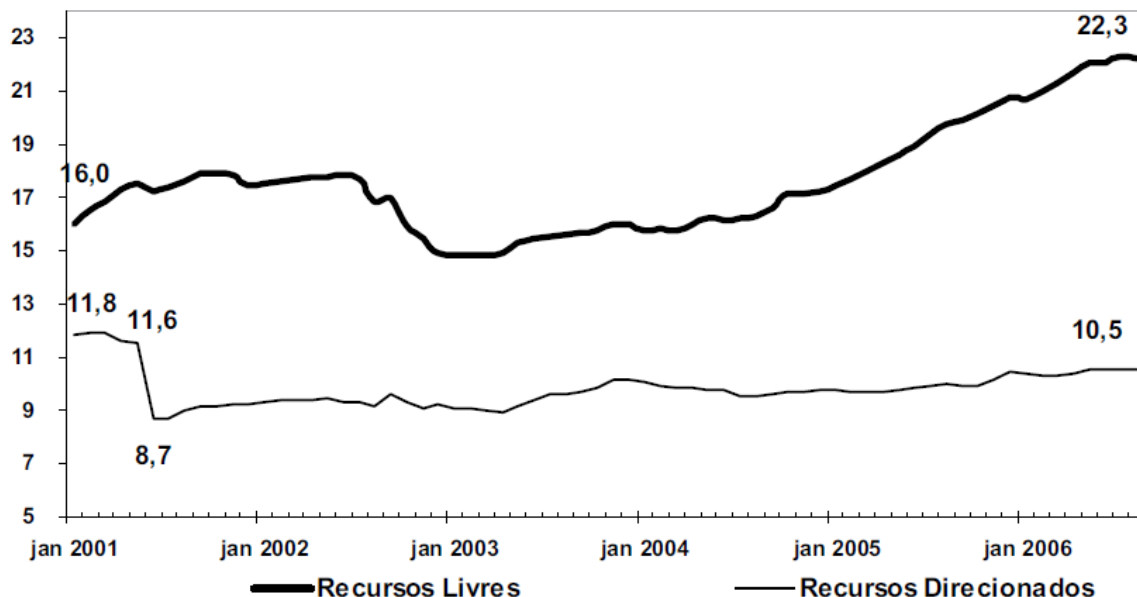
É possível concluir que a partir do governo Lula verificou-se no Brasil uma modificação no cenário creditício, com destaque para a mudança do foco das instituições financeiras. Devido a políticas de incentivo do governo, as classes menos abonadas da sociedade ganharam uma maior importância, fato condizente com as novas políticas de redução da desigualdade social.

Adicionalmente, em 1999 existiam 23,9 milhões de pessoas com cartão de crédito no Brasil, enquanto que em 2007, 83 milhões de pessoas possuíam cartões, sendo que destas 15 milhões possuíam uma renda média inferior a R\$ 500,00 (1,3 salários mínimo) por mês (COSTA, 2008).

Pode-se perceber que em 2004 ao analisar o cenário macro e microeconômico do país, era possível verificar o controle da inflação, o crescimento do superávit primário, o crescimento do PIB, do emprego e consequentemente da renda, fatos determinantes na garantia da estabilização necessária para o crescimento do crédito de maneira equilibrada. No que diz respeito ao cenário internacional, era possível perceber uma garantia de menor volatilidade, melhorando assim as condições de liquidez e de risco, no que diz respeito às operações de crédito.

Em 2005, após a possibilidade real do IPCA ficar abaixo da meta estabelecida, o governo reduziu ainda mais a taxa básica de juros, possibilitando assim uma maior adesão ao crédito por parte da população, graças as menores taxas praticadas pelos bancos. Novamente as pessoas físicas foram as mais beneficiadas, devido à busca incessante por parte das instituições financeiras por conquistar novos clientes. Pode-se perceber através do gráfico 5 o crescimento abrupto na obtenção dos empréstimos classificados como recursos livres, que nada mais são do que linhas de financiamento sem uma definição prévia de seu destino final, operações corriqueiras quando analisado o crédito consignado e o microcrédito.

**Gráfico 5** - Operações de recursos livre e recursos direcionados em percentual do PIB



Fonte: COSTA, 2008.

Quando analisada a conta financeira nos anos de 2005 e 2006 (tabela 11), pode-se perceber que apesar da diminuição da capacidade de financiamento, houve um crescimento elevado das operações de empréstimos, com destaque para as operações de longo prazo, fato que pode ser explicado pela favorável situação econômica na qual o Brasil se encontrava. Desde 2004 o país conseguia respeitar o teto da meta de inflação, enquanto que paralelamente o PIB continuava apresentando resultados de crescimento bem satisfatórios, voltando a estar entre as 10 maiores economias do mundo, fato que não era vivenciado desde 1998.

**Tabela 11** - Conta Financeira não consolidada 2005 – 2006 (em R\$ 1.000.000).

Instrumentos financeiros		Valor a preços correntes (1 000 000 R\$)	
		2005	2006
<b>Conta financeira</b>			
	<b>Aquisição líquida de ativos financeiros</b>	<b>1 210 985</b>	<b>1 168 490</b>
*	Ouro e DES	31	(-) 203
*	Numerário e depósitos	225 080	239 889
	Numerário	8 097	15 792
	Depósito transferível	53 054	48 219
	Outros depósitos	163 929	175 878
*	Titulos, exceto ações	308 904	305 271
	Curto prazo	59 650	4 593
	Longo prazo	242 413	297 299
	Derivativos financeiros	6 841	3 379
*	Empréstimos	186 577	271 723
	Curto prazo	120 029	128 303
	Longo prazo	66 548	143 420
*	Ações e outras participações	363 291	311 129
	Ações cotadas	8 260	21 592
	Ações não cotadas e outras participações	134 249	109 835
	Participações em fundos de investimento	220 782	179 702
*	Reservas técnicas de seguros	38 466	46 515
	Reservas de seguros de vida e de fundos de pensão	34 102	42 475
	Reservas para prêmios e sinistros	4 364	4 039
*	Outros débitos/créditos	88 637	(-) 5 834
	Créditos comerciais e adiantamentos	33 161	59 890
	Outros	55 476	(-) 65 724
	<b>Total das aquisições líquidas de ativos financeiros</b>	<b>1 210 985</b>	<b>1 168 490</b>
	<b>Aquisição líquida de passivos</b>	<b>1 184 826</b>	<b>1 147 040</b>
*	Ouro e DES		
*	Numerário e depósitos	234 844	232 610
	Numerário	8 097	15 792
	Depósito transferível	62 818	40 941
	Outros depósitos	163 929	175 878
*	Titulos, exceto ações	278 282	238 783
	Curto prazo	60 453	6 906
	Longo prazo	210 982	228 403
	Derivativos financeiros	6 847	3 474
*	Empréstimos	125 539	295 312
	Curto prazo	117 506	127 234
	Longo prazo	8 033	168 078
*	Ações e outras participações	407 706	316 559
	Ações cotadas	21 795	36 385
	Ações não cotadas e outras participações	163 882	92 654
	Participações em fundos de investimento	222 029	187 520
*	Reservas técnicas de seguros	38 516	46 722
	Reservas de seguros de vida e de fundos de pensão	34 102	42 475
	Reservas para prêmios e sinistros	4 414	4 247
*	Outros débitos/créditos	99 940	17 053
	Créditos comerciais e adiantamentos	36 171	75 836
	Outros	63 768	(-) 58 783
	<b>Total das aquisição líquida de passivos</b>	<b>1 184 826</b>	<b>1 147 040</b>
	<b>Capacidade (+) / Necessidade(-) líquida de financiamento</b>	<b>26 159</b>	<b>21 449</b>

Fonte: IBGE, 2014.

Apesar das melhores condições de financiamento criadas para as pessoas físicas, é importante destacar que os empréstimos direcionados as empresas também tiveram um aumento considerável em seu volume real. A tabela 12 elucida o crescimento constante em investimentos em bens de capital comparando-se ao PIB. Tais investimentos são determinantes para o aquecimento da economia, pois implicam diretamente na geração de empregos e consequentemente no aumento da renda. Um dos setores que mais se destacou nesse período foi o da construção civil, beneficiado também pelo aumento do financiamento em crédito imobiliário por parte das pessoas físicas.

**Tabela 12** - Formação Bruta de Capital Fixa por setor institucional de 2004 – 2009 em comparação com o PIB (em R\$ 1.000.000)

Formação Bruta de Capital Fixo 2004 - 2007								
Setores Institucionais	2004	% do PIB 2004	2005	% do PIB 2005	2006	% do PIB 2006	2007	% do PIB 2007
<b>Total</b>	<b>312.516</b>	<b>19%</b>	<b>342.237</b>	<b>19%</b>	<b>389.328</b>	<b>19%</b>	<b>464.137</b>	<b>20%</b>
Empresas não financeiras	193.552	21%	212.981	21%	235.361	21%	289.162	23%
Empresas financeiras	2.552	3%	3.301	3%	3.184	2%	3.739	2%
Administração pública	33.405	14%	37.490	14%	48.245	15%	55.848	16%
Famílias	80.099	21%	84.393	20%	98.018	22%	110.210	23%
Instituições sem fins de lucro a serviço das famílias	2.908	19%	4.072	21%	4.520	20%	5.178	23%

Fonte: IBGE, 2014.

Verificando a existência de alguns *gaps* em determinadas áreas da economia, o governo lançou em 2007 o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), visando acelerar o crescimento econômico do país em áreas carentes de investimento, por exemplo, em transporte e habitação. Aproveitando as condições de crédito satisfatórias a população, diversos empreendimentos foram iniciados, ocorrendo em 2007 o recorde em quase 20 anos em financiamentos para a compra de casas próprias (18,3 bilhões de reais, o que significa 195.981 unidades), fato que pode ser comprovado com a citação de Fernando Nogueira da Costa: “Em 2002, uma carta de R\$ 80 mil tinha juros de 12% ao ano, 120 meses e era dada para quem tinha renda de 12 salários mínimos. Em 2007, o prazo passou para até 300 meses, juros entre 9% e 10% ao ano e exigência de 7 salários mínimos.” (COSTA, 2008, p 154).

Era possível verificar a combinação do aumento da competitividade entre os bancos e o apoio governamental à expansão do crédito, ferramentas fundamentais para proporcionar as

diversas modificações internas necessárias. As principais mudanças são referentes à internalização dos multimercados, ao aumento da diversificação do risco e da redução dos custos dos empréstimos, esta última apoiada na redução da taxa básica de juros e no cenário menos volátil, que permitia a diminuição por parte das instituições financeiras dos ganhos de tesouraria (FREITAS, 2009).

Pode-se destacar também a melhora verificada na classificação das famílias brasileiras quanto a sua remuneração. Entre outubro de 2002 e Novembro de 2007 verificou-se uma redução das famílias que tinham a sua renda mensal classificada nos níveis D/E de 46% para 26%, enquanto que a classe C passava a obter 49% da população, ante 32% no período anterior. Essa mudança ocorreu basicamente devido à implementação da política de expansão do crédito que permitiu que novas classes tivessem acesso a bens até então inimagináveis (COSTA, 2008). A tabela 13 elucida a evolução da remuneração dos empregados no período de 2002 a 2007 por setor institucional, criando um quadro comparativo com o PIB por setor institucional. Pode – se perceber a elevação da remuneração das famílias, enquanto que as empresas financeiras viram a sua participação diminuir.

**Tabela 13-** Remuneração dos empregados brasileiros em comparação com o PIB por setor institucional (em R\$ 1.000.000) de 2002 – 2007 (\*).

Principais agregados macroeconômicos das Contas Nacionais, por setores institucionais - 2002-2007												
Setores Institucionais	2002	% do PIB 2002	2003	% do PIB 2003	2004	% do PIB 2004	2005	% do PIB 2005	2006	% do PIB 2006	2007	% do PIB 2007
Remuneração dos empregados	588.474	46%	671.872	46%	763.237	46%	860.886	47%	969.391	48%	1.099.903	48%
Empresas não financeiras	321.132	50%	376.279	49%	435.599	47%	487.887	49%	549.602	49%	626.193	50%
Empresas financeiras	39.325	42%	41.892	41%	45.498	48%	50.387	39%	56.879	39%	63.834	37%
Administração pública	173.918	88%	194.349	87%	213.424	87%	243.397	88%	275.627	89%	315.629	89%
Famílias	42.607	13%	46.751	13%	54.570	14%	61.418	15%	66.814	15%	74.153	15%
Instituições sem fins de lucro a serviço das famílias	11.492	91%	12.601	92%	14.146	92%	17.797	92%	20.469	91%	20.094	91%

Fonte: IBGE, 2014. (\*) O PIB considerado na tabela, não leva em consideração os impostos, líquidos de subsídios, sobre produto, apenas o valor adicionado por setor institucional.

### 3.3 O impacto da crise mundial e as restrições do crédito no Brasil

Iniciada em 2007 no mercado imobiliário americano, a crise do *Subprime* foi produto de crédito bancário de alto risco sem comprovação de renda, impactando diretamente na economia do país. Diversas instituições financeiras realizaram generosas perdas no período, sendo um fato marcante a falência de grandes instituições como, por exemplo, o *Lehman Brothers* em 15 de setembro de 2008, o que levou a transformação da crise americana em uma crise sistêmica.



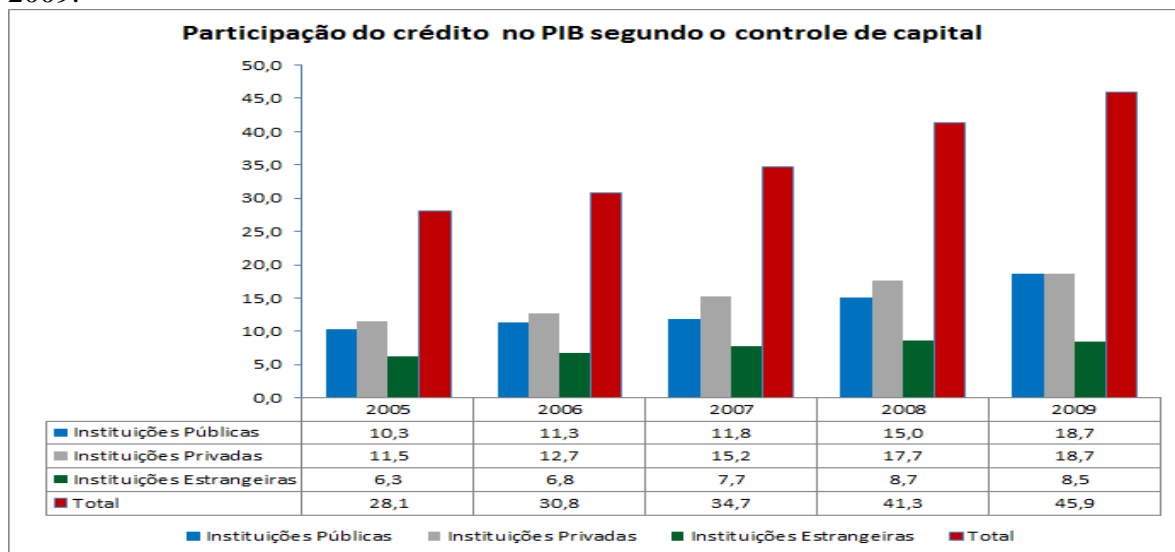
O agravamento da crise gerou um desencadeamento por preferência pela liquidez em diversos mercados mundiais, assim como impactou diretamente no dinamismo econômico existente. As taxas básicas de juros dos países foram elevadas e as linhas de crédito foram diretamente impactadas (FREITAS, 2009).

O cenário internacional trazia dificuldade para as empresas brasileiras que necessitavam de crédito para realizar os seus investimentos, buscando a manutenção da elevação da atividade econômica vivenciada nos anos anteriores. Com o cenário internacional complicado, as empresas brasileiras e as multinacionais aqui instaladas buscavam linhas de empréstimo com prazos maiores, o que possibilitaria uma maior proteção.

Com a constante deterioração do mercado econômico mundial, os investidores internacionais preferindo se resguardar passaram a abandonar o mercado acionário brasileiro, fazendo com que os ativos nacionais sofressem um intenso processo de desvalorização, com destaque para as emissões primárias de ações (FREITAS, 2009).

Ao analisar a expansão do crédito no Brasil durante os anos de 2002 a 2007 pode-se perceber a influência direta que teve o momento favorável das economias internacionais. Os bancos privados possuíam as ferramentas necessárias para atuar nas diversas faixas de renda e faturamento, da população e das empresas, respectivamente. Com início da crise do *Subprime* americano, inicia-se no Brasil um processo de maior participação dos bancos públicos na obtenção de crédito, principalmente os de recursos direcionados. As instituições públicas possuem algumas linhas de financiamento, que permitem o pagamento de juros mais baixos, principalmente através do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), fato determinante na tentativa de manter o crescimento econômico vivenciado nos anos anteriores. O gráfico 6 destaca o aumento da participação dos bancos públicos nas linhas de financiamento no Brasil após a consolidação da crise mundial.

**Gráfico 6 - Participação do crédito no PIB segundo o controle de capital nos anos de 2005 a 2009.**



Fonte: BACEN, 2014.

O BNDES, por exemplo, chegou a criar um grupo especial de empresas, conhecidas como Campeãs Nacionais,<sup>1</sup> visando implementar uma política de desenvolvimento equiparada as existentes nos países asiáticos, como Japão e Coreia do Sul. A ideia do governo brasileiro era abrir linhas de financiamento especiais, com taxas baixíssimas e volumes extremamente elevados, para empresas que se destacavam em setores específicos da economia, como ocorreu, por exemplo, com a JBS,OI, VALE e Gerdau. (SOUZA, 2012).

Apesar de todo o esforço do governo em manter o mercado de crédito aquecido, houve a necessidade de interromper em setembro de 2007, o cenário de baixas consecutivas da taxa básica de juros existente desde meados de 2005, quando a Selic encontrava-se em 19,75% a.a, devido a crescente pressão inflacionária e o temor pela fuga de capitais impactadas pela crise. Algumas empresas passaram a modificar a composição da sua carteira, dando preferência a títulos públicos, fato que dificultou ainda mais a captação dos pequenos e médios bancos.

Como o câmbio brasileiro estava em uma situação estável há algum tempo, as instituições financeiras passaram a oferecer empréstimos atrelados a derivativos de dólar, modelo de financiamento comum internacionalmente. Entretanto, com o aprofundamento da crise mundial no fim de 2008, ocorreu no Brasil um escoamento considerável de reservas internacionais, fazendo com que a moeda brasileira se desvalorizasse consideravelmente, acarretando fortes perdas para os agentes que realizaram estas operações (FREITAS, 2009).

<sup>1</sup> O programa não teve os resultados esperados, sendo abandonado paulatinamente pelo governo no decorrer dos anos.

As empresas com ações na bolsa de valores brasileira foram ainda mais impactadas, pois devido ao aumento da desconfiança no país, investidores internacionais passaram a vender as suas ações buscando opções mais seguras, que nesse momento eram os títulos do governo.

O sistema financeiro internacional dando preferência a liquidez cessou diversas linhas de crédito que amparavam o crescimento brasileiro. O Brasil passou a computar fraquezas estruturais, tendo como grande exemplo o crescimento do desemprego no final de 2008, influenciado fortemente pelo desempenho ruim da indústria no momento (FREITAS, 2009).

Em 2009, a economia brasileira continuou apresentando dificuldades devido à manutenção da crise no cenário internacional, encerrando o PIB do ano com retração de 0,2% quando comparado ao período anterior.

Ao analisar a tabela 14, é possível perceber a elevada necessidade líquida de financiamento existente no período, fato discrepante quando verificado os anos anteriores à crise mundial, quando o Brasil chegou a possuir uma posição superavitária, alocando recursos em demais países do mundo.

**Tabela 14** - Conta Financeira não consolidada 2009 (em R\$ 1.000.000).

<b>Conta Financeira 2009</b>	
<b>Total das aquisição líquida de passivos</b>	<b>1.829.417</b>
Ouro e DES	-
Numerário e depósitos	480.193
Titulos, exceto ações	319.595
Empréstimos	555.775
Ações e outras participações	340.053
Reservas técnicas de seguros	59.136
Outros débitos/créditos	74.664
<b>Necessidade(-) liq. de financiamento</b>	<b>- 60.332</b>

Fonte: IBGE, 2014.

Apesar disso, com a manutenção do intervencionismo no crédito, o Brasil continuou vivenciando a expansão do mesmo, impactado diretamente neste momento pela redução abrupta da taxa de juros, que chegou a menos de dois dígitos em junho de 2009 (9,54% a.a. ao considerar a taxa anualizada over).

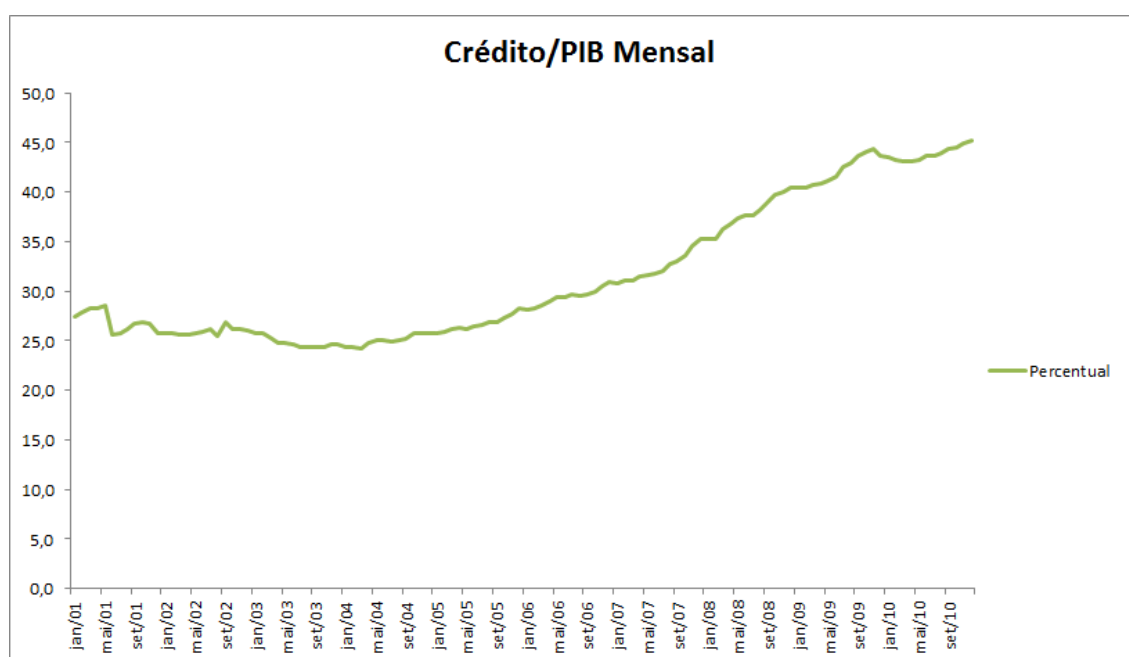
A melhora da conjuntura internacional em 2010, combinada com a redução da taxa de juros e as políticas governamentais intervencionistas, com destaque para a isenção fiscal praticada em diversos setores, propiciou a retomada da indústria do país, quando fechou com um crescimento de 10,5%, o melhor resultado desde 1986.

A melhora no cenário interno influenciou diretamente na melhora de indicadores macroeconômicas, como por exemplo, a redução do desemprego, assim como na diminuição

da inadimplência, problema que vinha pressionando negativamente a expansão do crédito nacional.

Em 2010 o crédito manteve os sinais de crescimento, demonstrando que mesmo após o período de crise mundial a trajetória ininterrupta iniciada em 2004 teria as ferramentas suficientes para manter as taxas de crescimento. O gráfico 6 elucida a expansão do crédito desde o ano 2000, sendo o resultado encontrado em linha com o que é planejado pelo Banco Central do Brasil (BACEN), uma taxa média de crescimento entre 10% a.a. e 15% a.a.

**Gráfico 7** - Percentual do crédito em relação ao PIB nos anos de 2000 – 2010.



Fonte: FEBRABAN.

Quando analisado o percentual da relação Crédito/PIB, pode-se verificar uma tendência de crescimento considerável quando comparados as principais economias mundiais. Essa expansão só foi possível, devido à implementação de medidas facilitadoras, como por exemplo, a intensificação de políticas de apoio à massificação do crédito, conforme verificado no capítulo.

## CONCLUSÃO

O objetivo do trabalho foi apresentar sob a ótica das Contas Nacionais a expansão do crédito, com destaque para as linhas de crédito consignado, habitacional e automotivo, durante os anos 2000 a 2010. Para isso, foram apresentadas primeiramente as ferramentas verificadas nas Contas Nacionais, com ênfase na Conta de Acumulação, presente nas Contas Econômicas Integradas.

Posteriormente, demonstrou-se de maneira sucinta a abordagem histórica e analítica para identificar os mecanismos que possibilitaram a expansão do crédito, passando desde a formação do sistema econômico financeiro do Brasil, até as políticas utilizadas para o controle da inflação no governo FHC, assim como a implementação da nova política macroeconomia conhecida como tripé econômico. É importante destacar, que nesse período, mais precisamente entre 1990 e 1994, os bancos tinham como grande foco de sua lucratividade as operações atreladas à inflação, enquanto que em paralelo era possível perceber uma tendência de alta do crédito no país.

Entretanto, todos esses pontos mudaram drasticamente após o sucesso do Plano Real, que conseguiu controlar os preços do país, fato até então não alcançado pelos planos anteriores. A esse novo cenário, ocorreu ainda a adesão ao acordo da Basiléia, visando uma melhor regulamentação do sistema financeiro brasileiro como um todo.

Com todas essas modificações, o que se viu foi a retração do crédito no país, assim como a crescente dificuldade de diversos agentes do sistema financeiro em cumprir com as novas normas estabelecidas. Posteriormente, medidas governamentais foram implementadas visando melhorar o sistema, fato que permitiu a entrada de instituições internacionais no país, aplicando práticas de mercado mais eficientes.

Acreditando no sucesso das medidas utilizadas, Lula deu segmento a política econômica do governo anterior. Com a sustentação do novo cenário, o país passou a vivenciar uma nova realidade, devido à redução da instabilidade Macroeconômica, a diminuição da ineficiência Microeconômica e a melhora das questões institucionais implementados pelo governo e pelos agentes inseridos no sistema financeiro nacional.

Com a melhora da economia como um todo, o governo pode intensificar as políticas creditícias necessárias, focando na elevação das linhas de financiamento para as pessoas físicas. No governo Lula I, pode-se verificar a expansão do crédito de maneira consistente, implantando ferramentas que possibilitavam a adesão a linhas de crédito para classes de baixa

renda, até então desfavorecidas. Tal fato influenciou diretamente na aquisição de bens de consumo duráveis, até então inacessíveis.

As instituições financeiras passaram a intensificar a busca por novos clientes, implantando um processo de expansão agressivo em regiões mais distantes do centro econômico do país, criando um elo de aproximação importante com as classes de baixa renda que nesse momento eram o grande foco do governo. Consequentemente, as instituições financeiras viram o seu lucro crescer de maneira considerável com os ganhos obtidos nas novas operações de financiamento, o que mantinha o ciclo financeiro em fortes linhas de crescimento.

Nem mesmo a crise vivenciada em 2007, fez com o crédito entrasse em um período de retração, passando os bancos públicos a exercerem maior papel de destaque nas linhas de financiamento, ponto muito criticado por alguns economistas, que acreditavam que a política de crédito dos bancos públicos beneficiava determinadas empresas de segmentos específicos, não tendo sido colocada como prioridade o bem estar social do país.

Apesar da piora da conjuntura internacional, devido ao fortalecimento da crise mundial, o país conseguiu manter até o ano de 2010 o cenário de expansão do crédito, mesmo com a diminuição dos investimentos externos, sendo possível verificar que a relação Crédito/PIB saltou de 27,4% em janeiro de 2001 para 45,2% em dezembro de 2010.

Pode-se destacar também que entre o período de 2000 a 2010, existiram melhoras significativas em diversos indicadores econômicos, como, por exemplo, a renda, o emprego e o PIB, entretanto a principal mudança no período diz respeito a real concepção da necessidade de expandir o crédito para manter o crescimento econômico do país.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. S. Evolução e definição das contas financeiras no âmbito do sistema de Contas Nacionais. **Departamento de Estudos e Pesquisas do Banco Central do Brasil**, Rio de Janeiro, v.5 n.1, p 107-123, jan./jun. 2001.

BARONE, Francisco M.; SADER, Emir. Acesso ao crédito no Brasil: evolução e Perspectivas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, nº 6, nov./dez. 2008.

BRAGA, Márcio B. **Os bancos brasileiros e a crise mundial**. Informações Fipe, n. 216, set. 1998.

CARVALHO, Bruno Alves. **Plano Real: Teoria e Experiência**. Trabalho apresentado como requisito para conclusão de curso. Instituto de Economia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

CASTRO, Lavínia B. **Esperança, Frustração e Aprendizado: a História da Nova República (1985-1989)** In: Economia Brasileira Contemporânea, organização de F. Giambiagi e outros, Campus Editora, 2005.

CERQUEIRA, Daniel R. de C. **Créditos e inadimplência no sistema financeiro nacional: evolução recente**. Boletim Conjuntural – Ipea, n. 42, jul. 1998.

COSTA, F.N. Bancos e Crédito no Brasil: 1945-2007 **História e Economia Revista Interdisciplinar UNICAMP**, São Paulo, V. 4, n. 2, p. 134 – 160, 2º semestre 2008.

CYSNE, R. P. & COSTA, S. G. S. Reflexos do Plano Real Sobre o Sistema Bancário Brasileiro, Ensaios Econômicos da EPGE, FGV/EPGE Escola Brasileira de Economia e Finanças, Rio de Janeiro, n.279, p. 325 – 346, jul/set. 1997.

FEBRABAN. **Dados e Estatística Bancária**. Disponível em: <<http://www.febraban.org.br/bd/>>. Acesso em: jan-fev 2014.

FEIJO, Carmem Aparecida & RAMOS, Roberto Luís Olinto. **Contabilidade Social - A nova referência das Contas Nacionais do Brasil**. 4.ed. Rio de Janeiro: Elsevier Editora LTDA, 2013.

FERREIRA, Marieta de Moras & DIAS, Cláudia Cristina de Mesquita G. Os anos JK no acervo da Biblioteca Nacional. In: Biblioteca Nacional (Brasil). **Brasileira da Biblioteca Nacional-guia de fontes sobre o Brasil/** Organização Paulo Roberto Pereira. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional: Nova Fronteira, 2001. Il., p. 329-368.

FREITAS, M. C. P. Os efeitos da crise global no Brasil: aversão ao risco e preferência pela liquidez no mercado de crédito. **Estudos Avançados (USP. Impresso)**, São Paulo, v. 23 (66), p. 125-145, 2009.

FREITAS, M.C.P. & PRATES, D.M. A abertura financeira no governo FHC: impactos e consequências. **Economia e Sociedade**, UNICAMP, Campinas, n. 17, p. 81 – 111, dez. 2001.

IBGE. 2009. **Economia. Sistema de Contas Nacionais**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2009/default.shtm>>. Acesso em: dez 2013 – fev 2014.

Ipeadata. **Macroeconômico. Séries históricas. Moeda e Crédito** Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: dez 2013 – fev 2014.

KEYNES, John Maynard. **How to Pay for the War**. Pp VII, 88. In: The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science September 1940, New York. Harcourt, Brace & Co, 1940.

KEYNES, J. M. **Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro**. Lisboa: editora Fundo de Cultura, 1970.

LEÃO, Thiago Dias Ferreira. **O MILAGRE ECONÔMICO BRASILEIRO: ESTRATÉGIAS GOVERNAMENTAIS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E CONTROLE INFLACIONÁRIO BRASILEIRO, DE 1968 A 1973**. Trabalho apresentado como requisito para conclusão de curso. Instituto de Economia. Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.

LUNDBERG, E. Saneamento do Sistema Financeiro – A Experiência dos Últimos 25 Anos. In: SADDI, Jairo (org.). **Intervenção e Liquidação Extrajudicial no Sistema Financeiro Nacional – 25 Anos da Lei 6.024/74**. São Paulo: **Anais Texto Novo**, 1999.

MADDISON, A. Macromeasurement Before and After Colin Clark. **Australian Economic History Review**, March 2004.

MAKSoud, Harry. **Os mistérios da inflação**. Ideias e propostas discutidas em visão, São Paulo: Editora Visão LTDA, 1986.

MARCONDES, R. L . Crédito privado antes da Grande Depressão do século XX: o mercado hipotecário. In: XXXI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL, 2011, Coimbra. **Anais do XXXI Encontro Da Associação Portuguesa de História Económica e Social**. Lisboa: APHES, 2011.

MATHIAS, J.F.C.M, A influência do pensamento de Keynes nas Contas Nacionais: das origens ao desenvolvimento do SNA 1993 In: IV ENCONTRO INTERNACIONAL DA



ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA, 2011, Rio de Janeiro. **Anais do IV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira**. Rio de Janeiro: AKB, 2011.

PUGA, F.P. Sistema Financeiro Brasileiro: Reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade a crise cambial. **Textos para discussão BNDES**, Rio de Janeiro, n. 68, p. 5 – 48, março. 1999.

SOARES, R.P. Evolução do Crédito de 1994 a 1999: uma explicação. **Textos para discussão IPEA**, Brasília, n. 25, p. 43 – 85, Jun - dez. 2002.

SOUSA, K.R. & PINHEIRO, V.F.A política de crédito no governo Lula, no período de 2003 a 2009. *In*: II COLÓQUIO SOCIEDADE, POLÍTICAS PÚBLICAS, CULTURA E DESENVOLVIMENTO-CEURCA, 2012, Crato – Ceará. **Anais da Universidade Regional do Cariri** Crato: URCA, 2012.

SOUZA, A. M. A política de desenvolvimento nos governos LULA (O BNDES). **Revista Geografia e Pesquisa**, Ourinhos, v.6, n.1, p. 33 – 56, jan/jul. 2012.